



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 14 DE JANEIRO DE 2016

**Presidente:** Exmo. Sr. Vasco Gonçalves Guiva

**Secretário:** Exmo. Sr. Aérton do Rosário Crisóstomo

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 12 horas e 15 minutos.

Deu-se continuidade à apreciação conjunta, na generalidade, do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano para 2016, analisando o orçamento do Ministério da Educação, Cultura e Ciência. Fizeram uso da palavra, a diverso título, o Sr.

Ministro da Educação, Cultura e Ciência (Olinto Daio), que respondeu às questões dos Srs. Deputados Esmael da Glória (ADI), Jaime Menezes (MLSTP/PSD), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD) e Carlos Correia (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 13 horas.

O Sr. **Presidente** (Vasco Guiva): — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 12 horas e 15 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Sras. e Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Adilson Managem**

**Carlos Manuel Cassandra Correia**

**Mário Fernando**

**José Carlos Cabral d'Alva**

**Ivo da Costa**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Aérton do Rosário Crisóstomo**

**Maria das Neves** Batista de Sousa

**Vasco** Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Jorge Dias Correia**

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, estamos na discussão das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE), para o ano económico de 2016, na especialidade.

A Educação pretende alcançar duas metas para o ano 2016, uma das quais é valorizar o capital humano, como trunfo para o desenvolvimento da Nação. Nesta esteira, Sr. Ministro, pode usar da palavra, na base do seu orçamento programado, para nos dizer como pretende atingir essas mesmas acções.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência** (Olinto Daio): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos.

De facto, no âmbito da Educação, continuamos a avançar na estratégia de implementação do Programa do Governo, sobretudo para conseguir a meta mais importante que é garantir uma educação de qualidade a todos os são-tomenses. Nesta meta, vamos tentar avançar com algumas estratégias, algumas medidas e algumas acções. Por conseguinte, este ano vamos continuar a envidar esforços para concretizar a universalização na educação pré-escolar e garantir os ganhos que já conseguimos no Ensino Básico, investir mais na qualidade desse sector e também no Ensino Secundário, reforçar a qualidade e também expandir alguns círculos para alguns distritos.

Continuaremos a trabalhar na educação do Ensino Técnico-Profissional, como sabemos, tendo em conta as perspectivas de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, há a necessidade de termos cidadãos capacitados e bem formados e vamos continuar a trabalhar nesse sector e também criar condições para a expansão do Ensino Técnico-Profissional.

Este ano, tendo em conta algumas ameaças que fizemos no ano passado, vamos avançar com um programa de melhoria da educação, que visa investir na melhoria da gestão escolar, da supervisão pedagógica, no sistema de avaliação, motivação dos alunos e validação dos profissionais docentes. No âmbito do Ensino Superior, vamos trabalhar para criarmos um sistema de inspecção, supervisão e acreditação do Ensino Superior. Portanto, este ano civil de 2016, o nosso foco vai ser trabalhar para que consigamos reduzir o impacto de alguns problemas que têm havido no âmbito do desempenho escolar, tentar estancar esses problemas e garantir que a qualidade seja verificada em todos os ramos do ensino.

No âmbito do Ensino Superior, também este ano vamos trabalhar para que consigamos sentir alguns sinais nesse sector. Como sabemos, já temos algumas instituições do ensino superior, mas precisamos definir também a qualidade desse sector.

No âmbito da Cultura, continuamos com a nossa política de, no âmbito da estratégia da coesão nacional, trabalhar para que haja maior reforço da unidade nacional, mas para isso a nossa estratégia passa pela gestão do património natural nacional, criar condições para novas indústrias criativas, para que a cultura e o turismo possam trabalhar em harmonia, para apresentar às pessoas que visitam o nosso país a nossa riqueza cultural. Mas a melhor estratégia que pretendemos desenvolver este ano no Sector da Cultura, é começar a passar para os mais jovens valores e aquilo que compõe a nossa identidade nacional, a nossa santomensidade. Por isso, vamos trabalhar nas escolas, sobretudo, com os jovens e as crianças, porque é

já nessas idades que devemos passar esses valores e conhecimentos da nossa cultura, para que eles, crescendo, possam continuar a valorizar o que é nosso.

É esta a nossa estratégia fundamental que queremos como experiência piloto neste Sector da Cultura para este ano 2016.

Em suma, são estas ideias e ao longo da análise das acções que vamos implementar poderemos ainda esclarecer algumas questões.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro pela abordagem feita.  
Tem a palavra o Sr. Esmaiel da Glória, para uma intervenção.

O Sr. **Esmaiel da Glória** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Intervenho para alertar para os itens da página 25 do OGE, item 3000, 3833 e 5388, que fazem referência à construção de salas de aulas. Desde já, gostaria de solicitar se da parte do Ministério da Educação se poderá fazer algum esforço no sentido de, com o valor alocado nesses dois itens, fazer um ajuste para a construção de algumas salas de aulas na Escola Básica Adão Deus Lima, reconhecendo desde já o esforço que o Ministério tem feito para o crescimento da educação ao nível do País e sabendo da importância da formação humana para o crescimento socioeconómico do País.

É para salientar também que tem havido da parte das crianças esforços bastante redobrados, muitas delas saem de zonas muito distantes para chegarem à Escola de Riboque Santana, mas pertencem à Escola Básica de Adão Deus Lima. Peço encarecidamente da parte do Ministério que faça alguns ajustes e que sejam feitas algumas salas naquela escola.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, é bom que aponte para depois responder.  
Tem a palavra o Sr. Jaime Menezes, para uma intervenção.

O Sr. **Jaime Menezes** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, boa tarde.

Vi inscrito no Programa de Investimento Público, no *item 5771* «Reconstrução do jardim em Fernão Dias». Pelas informações que possui, esse jardim já foi construído e inaugurado pelo Sr. Ministro. Vejo agora no orçamento e não sei se...

**Uma voz**: — Ficou por pagar.

O Sr. **Jaime Menezes** (MLSTP/PSD): — Ah, a obra foi fiada? Ah, ok. São situações!

*Risos.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a pergunta foi colocada ao Sr. Ministro. Seria bom realmente que deixassem cada um exprimir a sua preocupação e o Sr. Ministro está cá para responder.

Faça o favor, Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **Jaime Menezes** (MLSTP/PSD): — Também no *item 3405* «Educação de qualidade para todos». Hoje fala-se da educação de qualidade para todos, mas estamos já no segundo trimestre do ano lectivo e até então os alunos do 1.º ao 6.º ano não têm manuais didácticos para fazerem o acompanhamento das aulas, no sentido de assimilarem melhor as matérias. Eu gostaria que o Sr. Ministro visse isso, tendo em conta que queremos uma educação de qualidade. Então, temos que ver essas lacunas.

Sr. Ministro, ainda concernente à qualidade do ensino, hoje nota-se dificuldade dos professores. Alguns dão aulas em Guadalupe e para completarem as horas têm que se deslocar a Praia das Conchas. Tendo em conta que não se conjugou bem na feitura do horário, alguns desses professores leccionam o primeiro tempo em Guadalupe, no segundo tempo têm que estar na Praia das Conchas e no terceiro tempo devem estar na Praia de Morro Peixe. Essa paridade, para a qualidade de ensino que se quer, não conjuga.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para responder às questões colocadas.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — Sr. Presidente, em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Esmaiel, na Escola Adão de Deus Lima não temos espaço para construir mais salas de aulas. O que estamos a ver, na nossa estratégia para este ano, sabemos que precisamos de mais salas de aulas no Distrito de Cantagalo. Estamos a negociar com o Presidente da Câmara, para encontrarmos um espaço para mais uma escola básica em Cantagalo. Não justifica irmos fazer mais arranjos naquele espaço, porque não vai ser prático. Portanto, precisamos de uma escola de raiz, para conseguirmos solucionar os problemas que temos hoje em Cantagalo.

Em relação ao Sr. Deputado Menezes, a questão de Fernão Dias, quando pergunta se a obra foi fiada, acho que o senhor deve conhecer o nosso sistema de São Tomé e Príncipe. Quando se lança um concurso, primeiro paga-se 30% do valor, depois a outra metade. A empresa não trabalha «fiado», sabemos disso.

Por conseguinte, esse orçamento foi elaborado em Agosto, começamos a trabalhar e entregamos já o orçamento em Setembro à Assembleia. Portanto, naquele momento, já tínhamos em dívida com a empresa as duas tranches. Portanto, a obra já concluiu sim, mas falta pagar a outra tranche. Portanto, estávamos a prever que íamos passar o ano e teríamos esse problema com a empresa. Portanto, se não inscrevemos como é que vamos pagar a empresa? A empresa já terminou a obra, tem que receber a outra parte. Depois, obra já foi concluída, mas falta agora a vedação do espaço.

Em relação à segunda questão que levantou dos professores que vão à Praia das Conchas e sedes, acho que não é matéria do orçamento e não sei se devo responder a isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem toda a razão, Sr. Ministro, estamos na fase da especialidade, foquemo-nos simplesmente naquilo que são as dotações e as políticas orçamentais. Já passamos a fase da generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, para fazer a sua intervenção.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro e sua equipa do Ministério da Educação, Srs. Deputados: Estamos a falar de um sector chave para o País, onde em 2014 estava orçado, em termos percentuais, 6.5%; 2015, 12.5% e agora em 2016 são 14%.

Sr. Presidente e Srs. Ministros, eu continuo ainda com muita dificuldade em falar de números, porque estamos a trabalhar até Setembro e quando há documento que vai até 31 de Dezembro.

A primeira pergunta que eu coloco, Sr. Ministro, vejo em termos de execução, aliás, a dificuldade de poder fazer essa interpretação, de algumas obras que estavam em 2015 e são transferidas para 2016, por isso, é que eu gostaria de saber o nível de execução na área da Educação para 2016. Falo, por exemplo, do Jardim de Alto Douro, que está repetitivo no orçamento de 2016, Escola de Porto Alegre, que saiu de 2.4 biliões de obras para 5.6; o Jardim de Fernão Dias saiu de 463 biliões para 1900 e tal biliões; a Escola Básica da Trindade também o valor cresceu e não sei se se associou à escola de Madalena, cresceu para 8 biliões. Por isso é que gostaria que o Sr. Ministro me explicasse, em termos de execução, e porque essas obras também estão repetidas para 2016.

Um segundo aspecto, quando fala que uma das metas fundamentais é uma educação de qualidade para todos, tive a oportunidade de participar numa palestra, enfim, que se realizou, no ano passado, no Hotel Praia, onde se questionou muito a questão dos professores com formação e com horários, mas com muitas faltas. E uma das medidas do sector para este ano é reduzir ou tirar o horário aos professores e a colocação de novos professores. A minha pergunta vem nesse sentido. Penso que a medida é razoável, mas a colocação desses professores passou necessariamente por uma avaliação de todos?

O Sr. Ministro também, aquando do debate sobre o Estado da Nação, falou da importação de professores, não vejo esta medida nas GOP, mas o Sr. Ministro tem a ideia de importação de professores. A minha pergunta é se não temos ao nível do nosso país quadros para leccionarem o 12.º ano. Por que razão se vai importar professores? Pelo custo que se vai ter com essa importação, porque não aproveitar os quadros que temos internamente com formação naquilo que tem a ver com a pedagogia? Penso que já temos quadros com licenciatura em São Tomé que podem muito bem leccionar o 12.º ano.

E há outra questão que eu insisto e porque penso que a educação é ir ao encontro da comunidade e da população e não o contrário. O Sr. Ministro já me deu uma resposta, que o 12.º saiu de 13 salas para 30, mas insisto em bater nessa tecla, porque continuo a entender que esse princípio de descentralização continua a prejudicar e de que maneira os pais. Na minha opinião, devíamos levar a educação às comunidades ou o mais próximo possível, para permitir que de facto se reduzisse os custos. Dei um exemplo concreto de crianças que estão no 12.º que saem de Lembá até Algés e Trindade. Sr. Ministro, é muito difícil, pois os alunos saem, no mínimo, às 4 horas da manhã, para aqueles que não têm familiares perto, e só regressam por volta das 17 ou 18 horas. Mesmo para aqueles que estão a usar os transportes escolares, não há transportes. Penso que é muito mais fácil ter transporte para deslocar e criar escolas, enfim, mais perto e deslocar os professores para essas comunidades do que ter dois ou três autocarros para fazer a ligação dos alunos, sobretudo aqueles que vêm de mais longe. Eu sei que é uma política, que a educação está num processo de reforma, mas o Sr. Ministro entenderá que estaremos de acordo desde que essa reforma não prejudique os alunos, não prejudique os pais e, sobretudo, alunos que vêm dos distritos como Caué, Lembá, Lobata, enfim, em que o nível de pobreza é bastante acentuado.

Desde logo, são essas as minhas preocupações, aguardando da sua parte perspectivas que possam contornar, pelo menos em 2016, parte dessas situações.

Um caso específico em Lembá, e peço ao Sr. Ministro que crie a sua equipa de visitas, porque há lá crianças, falo com conhecimento de causa, que pagaram o passe, mas os autocarros não funcionam. Pelo menos de Dezembro até aqui, só funcionou menos do que uma semana. Agora tomo o exemplo de Santa Catarina, o que estão a mandar para lá, ainda ontem e hoje presenciei, é uma carrinha descoberta. Sabem como a Vila de Santa Catarina é chuvosa. Se continuarmos assim com a carrinha, quando atingirmos Fevereiro e Março, de certeza absoluta que os alunos terão muitas faltas. Para além disso, trata-se de carrinha que normalmente faz a recolha dos lixos em Lembá. Por isso é que seria bom mandar uma equipa para, talvez, minimizar esta acção, porque não é bom os alunos fazerem essa ligação de carrinha.

Um último aspecto, Sr. Ministro, e porque também na altura das matrículas houve, por isso é que se explicou na altura que também englobava as cantinas, as matrículas subiram para 100 000 dobras e algumas escolas cobravam 105 000 por causa dos impressos, mas é preciso também ver e fazer essa avaliação, porque as cantinas não estão a funcionar, em função daquilo que foi permitido. É preciso também que o Sr. Ministro acompanhe com a sua equipa, porque as cantinas, pelas informações que tenho, em função daquilo que foi pago, não está a funcionar em pleno.

Sr. Ministro, são estas as minhas contribuições e penso contar com esclarecimentos da sua parte.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de alertar, uma vez mais, que nos cingíssemos somente à discussão do orçamento. Que questionássemos os números e não entrássemos em questões da generalidade.

Tem a palavra o Sr. Ministro, para dar algumas respostas.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — Agradeço o Sr. Deputado Arlindo Barbosa e vou começar a responder à primeira questão, em relação às obras de 2015 que passaram para 2016. O Sr. Deputado levantou a questão de Alto Douro, Porto Alegre, Fernão Dias, Trindade, etc. Uma parte da explicação já foi dada, quando respondi ao Sr. Deputado Menezes. A outra parte é que nessas escolas temos uma especificidade, aqui houve um engano, eu ia sugerir alterarmos para Jardim de Conde, porque houve um lapso aqui no orçamento e se pôs Alto d' Douro. Mas em relação a Porto Alegre, Fernão Dias e Trindade, o que acontece é o seguinte: temos a Escola de Porto Alegre, mas vendo o problema hoje do Distrito de Caué, em que também queremos construir um liceu, enquanto isso não acontece, precisamos reforçar a escola de Porto Alegre. Então, a escola de Porto Alegre ainda não está acabada, mas vai levar mais um piso. Portanto, a construção já foi feita para garantir o primeiro piso e nessa obra este ano vamos concluir a primeira fase e começar a segunda fase, que é o segundo piso. É por isso que o valor subiu.

A Escola da Trindade é a mesma coisa. Nós, em 2015, acabamos o rés-do-chão e este ano vamos avançar com o primeiro piso. Portanto, a política é que começemos com as construções verticais, porque não temos espaço nesses lugares. É esta a filosofia.

Em relação a Fernão Dias, já dei resposta.

As obras aparecem com valores mais altos, porque vamos pagar a primeira fase e avançarmos com a segunda fase, que é o segundo piso.

Em relação a outras questões que se levantou, creio que não têm muito a ver com a especialidade, mas já que insiste nisso, vale a pena dizer que os professores extraordinários foram colocados, este ano, com base numa avaliação e seleccionamos os professores em função disso.

Quando falamos da importação dos professores, não está cá nas GOP, porque é o cenário que estamos a avaliar. Portanto, aí está, ao elaborarmos o OGE e as GOP, este trabalho foi feito em Agosto/Setembro, mas a informação que estamos a ver com os dados estatísticos, este ano, também o 12.º vai disparar, como disparou no ano passado. Portanto, é preciso antecipar os problemas.

Eu concordo consigo, quando pergunta, porquê importar e não aproveitar o nacional? Sim, o nacional é bom, mas neste momento, não temos professores para leccionar estas classes. Porque uma coisa é pegar em alguém que se formou numa área, tem a formação superior e vir ocupar as horas. Não é professor, é funcionário das Finanças, da Saúde, é Militar, etc. e vem dar as suas horas. Com base nos estudos que fizemos em 2015, vimos que isso tem fragilizado o sistema. Não param, viajam e nem têm formação pedagógica para ensinar. E às vezes estão a dar uma disciplina que não tem nada a ver com a sua área de formação.

Portanto, o sistema hoje está com esses problemas e cada vez a qualidade está a ser interrogada. Os senhores têm as informações, mas é bom pegar os cadernos dos vossos filhos e ver. A coisa vai ficar cada vez pior, se não tomarmos nenhuma medida.

Respondendo à questão do outro Deputado e também do Sr. Deputado Arlindo Barbosa, não se descentraliza por se querer descentralizar, porque é um gosto. O senhor pode dizer que há um custo em se trazer professores, mas o custo será maior se formarmos pessoas para a ignorância. A ignorância vai custar muito mais caro ao País do que trazermos professores. Ao formar alunos mal formados, a consequência será muito maior, em todos os domínios. Que seja aqui na Assembleia, na nossa Saúde, na Política, nas Forças Armadas, a consequência será maior, se tivermos cidadãos mal formados.

É por isso que eu disse no outro dia, quando estamos a apostar na educação de qualidade, não pode ser apenas um discurso, uma palavra, um *slogan*. Temos que nos comprometer com isso. Se não nos comprometermos com a educação de qualidade e fizermos aquilo que queremos fazer, vai ser difícil.

É verdade que tem custos trazer alunos de Caué, mas os alunos de Caué sempre vieram estudar aqui, não é uma inovação, não criamos nada. O único lugar que sempre teve o 12.º ano foi sempre o Liceu. Não inventamos nada. Então, o que criamos é mais um espaço lectivo para o 12.º ano, porque saímos de 13 para 30 turmas. Então, o senhor quer que tenhamos 120, 150 alunos por turma? Temos que ser consequentes com isso! Mesmo com 77 alunos, que temos hoje, a situação está como está, os alunos não conseguem estar na sala, ficam todos aqui na esplanada. Os senhores são testemunhas. Vão lá agora ver. Vamos continuar com esse sistema assim? Não entram na sala de aulas, o professor não consegue controlá-los, porque são tantos e vimos na Televisão anteontem que agora é só delinquência. É isso que

queremos? Temos que decidir o que queremos. Se quisermos realmente uma educação de qualidade, é só dizer que está na moda, colocar isso nos livros, nos temas de educação, mas podemos ter x alunos, 100% dos jovens na escola, é muito bom, mas se eles saírem mal formados, isso vai ser pior para nós. É muito mais difícil tirar aquilo que já entrou na cabeça, para colocar outra coisa.

É bom formarmos com qualidade. Se hoje já temos deficiência, não vamos criar estratégias que possam ainda complicar o sistema.

Em relação à Santa Catarina, transporte escolar, não acho essa informação verídica. Sabemos que esse troço quem assume é a Câmara Distrital.

Em relação ao custo da matrícula e cantina, não aumentamos os custos. Como dizia e digo ainda, estamos a falar de educação e se quisermos comprometer-nos com a educação de qualidade temos que ser sérios, porque isso foi mais uma manipulação das pessoas. Os impressos foram oferecidos no acto da matrícula. Como os alunos normalmente pagam 35 em cada período, dissemos àqueles que estivessem disponíveis a pagar já no início do ano lectivo que seria melhor. Assim, teríamos um fundo de maneiço para vencer as dificuldades que temos.

Quais são essas dificuldades?

Desde 2010 que o PAM dizia que ia se retirar do País e São Tomé e Príncipe iria assumir. E delineamos em 2011 uma estratégia que envolveu o Ministério da Agricultura e o Ministério da Economia, isto é, fizemos participar os agricultores e pescadores nessa dinâmica. Ora, os pescadores, as palaiês, os horticultores, etc. não são pessoas que entregam o produto hoje e estão dispostos a esperar um mês para receber o seu dinheiro. Esperar todo esse processo que vai às Finanças. As Finanças têm que ter dinheiro para pagar já, logo que o produto chega. O pescador não vai ficar à espera. Ele não vem com a canoa, entrega os peixes e fica à espera até daqui há 1 mês. Como é que ele amanhã vai ao mar? Onde está o combustível para o seu motor? Portanto, a dinâmica foi que quem pudesse pagar já no início do ano lectivo, pagaria já esse montante completo, em vez de ser em modo faseado. Isso foi explicado na Comunicação Social, mas as pessoas querem tirar partido disso e manipular com um objectivo. Então não falemos de educação de qualidade, porque as pessoas atrapalham o sistema.

A medida foi uma proposta a quem estivesse disposto a pagar, porque isso nos permitiria ter um *plafond* para justamente liquidar as dívidas que temos com os camponeses que entregam a mandioca, a matabala e outros produtos às escolas. Eles não querem esperar, com razão, porque não são empresas, são pessoas que cultivam, trazem o peixe e querem já receber o seu dinheiro na mão.

Vamos pensar num valor, por exemplo, um saco, por 100 000 ou 200 000 dobras, tem-se que fazer todo o processo até às Finanças, para pagar? Não dá!

É por isso que avançamos com essa estratégia que, infelizmente, alguns tentaram tirar partido.

Não sei se respondi a todas a perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, a alteração que dizia referente ao Jardim de Alto d' Douro é só questão de terminologia? Não se mexe no montante?

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, não venho discutir metas com o Governo. O Governo é responsável, quer atingir uma meta e quando não temos informações é preciso que coloquemos as questões. Agora, eu não quero uma justificação, porque sempre alunos de Lembá e de Caué vinham para o Liceu. Temos é que melhorar. É pena que não tenho dados de quantos formados Lembá e Caué tinham, na década de 80. Por isso é que temos que melhorar. Se quisermos desenvolver o País, não é só Mé-Zóchi. Por isso é que as questões são colocadas para que o Governo, que tem a gestão, poder ver.

A questão que estou a colocar é porque, na minha opinião, essas medidas forçam os alunos e os pais. É uma opinião!

Agora, Sr. Ministro, aquilo que eu falo em relação a Lembá, verídica ou não, eu resido entre Diogo Vaz e Santa Catarina e a questão de transporte, Sr. Ministro, vá lá e solicite. Tenho lá o meu filho que se deslocou nesse transporte, ontem e hoje. E eu paguei o passe. É essa a questão.

Agora as metas do Governo, as políticas não entram aqui. São opiniões e eu não quero fazer uma comparação de 1975 para 2016, que não tínhamos um quadro que vinha de Lembá. Quando é que surgiu um filho de Lembá como Ministro ou com alguma capacidade? Enfim, é por causa desses problemas que a Educação tinha.

Estamos agora a colocar as questões para ver se se melhora, porque o País é um todo. É apenas esta preocupação.

Em relação à Lembá, é esta a informação, eu trarei fotos amanhã, se Deus quiser.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — Eu disse que a questão de transporte daquela área é da responsabilidade da Câmara Distrital.

Em relação à maneira como o Sr. Deputado Arlindo Barbosa colocou a questão, a explicação já foi dada no outro dia, mas o Sr. Deputado disse que não o convence.

Quanto à perspectiva futura, sim, como o senhor sabe, também já inscrevemos o liceu de Lobata, com capacidade para 2500 alunos, que vai justamente favorecer esses lugares todos. Mas mesmo para esse liceu de Lobata e para a Escola de S. Marcos, que temos este ano, provavelmente, em 2016, poderemos ter cerca de quase 50 turmas do 12.º ano, não temos professores. Não é só abrir um leque, quem quer dar aulas vem dar, vamos ter problemas.

O senhor diz que é de Lembá. No ano lectivo passado, pode solicitar quantas faltas os professores deram. Alguns residem em Cantagalo vão dar aulas até Neves. É preciso um professor formado em Língua Portuguesa para dar aulas de Língua Portuguesa. Um professor que dá a Matemática do 11.º e 12.º tem que estar formado em Matemática. Se eu pegar em qualquer pessoa para ocupar esse espaço, posso fazê-lo, mas terei consequências. Depois do 12.º, não nos esqueçamos que teremos o exame nacional e esse exame é para toda gente. Não vai ser em função do aluno a, b, ou c. Depois teremos uma taxa de reprovação, vamos dizer o quê? Como aconteceu no ano passado. À Matemática, quase 2% aprovaram, no ano passado. Não temos professores formados nessas áreas. No ano passado, vimos só um professor que deu cerca de 33 faltas. Portanto, ele trabalha num outro sector, viaja e vem, a escola fica à espera dele? Não podemos!

Portanto, este ano fizemos esse levantamento e analisamos vários factores e vários elementos. O Sr. Deputado disse claramente que estava naquela palestra que fizemos, no dia 1 de Setembro, e viu como apresentamos o cenário. É um cenário que assusta! Até apresentamos alguns exemplos de sumários. O senhor vai ver o sumário e mesmo as cartas que alguns professores escrevem a fazer o pedido de férias. Ficamos sem saber se se trata de um professor.

*Risos.*

O senhor deu o exemplo, não é? No nosso tempo, o aluno da 4.ª classe já sabia fazer uma redacção. Peça a um aluno hoje do 12.º ano para fazer uma redacção. Quantos vão fazer?

O aluno termina, agora não há emprego, vai começar a leccionar a 1.ª classe. Não se expressa bem e vai começar logo com a 1.ª classe. Estamos a formar quem? Temos que pensar em todas essas coisas, num todo e não ver elementos separados. Temos que ver todo um caminho. Só um exemplo, agora com essa estratégia que criamos, os supervisores estão no terreno e tenho recebido relatórios que espantam. O supervisor entrou na escola e vê um professor a ensinar às crianças como se acha o perímetro de uma figura geométrica, mas não sabe. Estava a ensinar outra coisa, não o perímetro. Esse aluno vai continuar com isso, vai para o 5.º, 6.º ano, etc. não é assim.

Esse encontro que tivemos ultimamente com todos os Ministros da Educação foi para mostrar-nos que temos que estar todos juntos, para resolvermos o problema de hoje. Se adiarmos, deixarmos esse problema para amanhã, será pior.

Alunos da 4.ª classe, mesmo a aritmética que resolvíamos naquele tempo, quantos conseguem hoje? Fazer uma carta de pedido de emprego, quantos conseguem hoje? Experimentem só com os vossos filhos, sobrinhos e vizinhos.

Sras. e Srs. Deputados, estamos num momento que não deve ser só *slogan*, «Educação de qualidade». Somos todos nós que temos que estar presentes e quando digo todos nós, há quem trabalhe numa empresa ou numa loja que pode dizer «eu não tenho nada a ver com isso». Claro que tem a ver! Por exemplo, quando alguém pede um emprego, apresenta um certificado, mas ele é falso, o senhor tem que denunciar isso. Quantas pessoas não têm o certificado de 11.ª classe? Muitos alunos reprovaram no 12.º ano passado e não se matricularam este ano. Onde é que estão? Se reprovaram, como é podem entrar para o ensino superior? São problemas que temos que decidir. É por isso que dissemos que um dos nossos focos vai ser o Ensino Superior. Vamos ter que lançar mãos nisso.

E não é justo, o senhor tem o diploma de licenciatura de mestre ou doutorado, o outro também tem, mas há uma grande diferença no conhecimento. Não podemos continuar assim! Portanto, é neste sentido que eu tentei explicar, não para pôr em causa aquilo que o Sr. Deputado levantou. Portanto, como eu dizia, às vezes não temos todas as informações, mas o cenário hoje requer uma mobilização de todos os pais, os encarregados de educação e a sociedade civil, para invertermos isso. Se não vai ser gravíssimo.

O Sr. **Presidente**: — Quando o Sr. Ministro coloca os males da educação, quase que esvazia as nossas preocupações.

*Risos gerais.*

Srs. Deputados, há mais intervenções?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, eu acho que está tudo dito. Com a intervenção do Sr. Ministro da Educação, acho que não é demais chamar a atenção de todos para podermos debruçar-nos sobre a situação quase que caótica da nossa educação. Não temos recursos minerais nenhuns ou se temos é pouco, daí que os nossos recursos devem estar baseados no homem. A educação é o pilar disso tudo.

Sr. Ministro da Educação, prossiga com as reformas e iremos estar aqui para poder apelar pelo bom senso e a contribuição de todos, para reverter a situação.

Sr. Presidente, vamos almoçar!

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado, pela nota.

Não havendo mais intervenções, Sr. Ministro, agradecemos pela sua presença e a sua disponibilidade. Bom almoço.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — Muito obrigado e faço votos para que o ano 2016 seja um sucesso para todos e que todos possamos estar envolvidos com a educação, porque nada neste país será possível sem a formação dos são-tomenses. Contamos com a colaboração de todos e sobretudo aqui nesta Casa parlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Declaro encerrada a reunião.

*Eram 13 horas.*